

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O CUIDAR E EDUCAR CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS<sup>1</sup>

Ana Cristina Santos Miranda<sup>2</sup>

Maria José Dantas<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo investiga a História da Educação Infantil, de modo particular a faixa etária de 0 a 2 anos. Tem como intuito averiguar a função educacional da creche analisando o papel do pedagogo na educação da criança nos anos iniciais e verificando o cumprimento da lei 9394/96 no que diz respeito à presença dos profissionais licenciados em pedagogia ou técnicos em magistério na creche. O suporte teórico está baseado em autores que estudam e problematizam a temática no cenário educacional; na legislação vigente e nas propostas pedagógicas apresentadas pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A partir da análise percebe-se que existe um distanciamento entre a teoria e a prática, com muitos impasses no fazer pedagógico e entraves na construção da identidade do educador de crianças pequenas. Diante das atuais exigências legais e sociais, urge a preparação e a contratação de profissionais capacitados para atender a demanda.

**Palavras chaves:** Educação Infantil. Práticas pedagógicas. Creche. Legislação.

81

### ABSTRACT

This article investigates the history of early childhood education, particularly the age group 0-2 years. Has the intention to investigate the educational function of childcare analyzing the role of the teacher in the child's education in the early years and verifying compliance with the law 9394/96 with regard to the presence of licensed professionals in education or technical teaching in the nursery. The theoretical support is based on authors who study and question the subject in the educational setting, the existing legislation and pedagogical proposals submitted by the Reference National Curriculum for Early Childhood Education and the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education. From the analysis we can see that there is a gap between theory and practice, with many impasses in pedagogical and barriers in the building of the educator of young children. Given the current legal and social requirements, has urgency the preparation and hiring qualified professionals to meet the demand.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Faculdade Pio Décimo, como resultado do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia e requisito básico para obtenção do título de Pedagoga. Aracaju, 2º semestre/2014.

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia da Faculdade Pio Décimo. E-mail: cris\_poesia@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, com estágio de doutorado no *Istituto Universitario Sophia*, na Itália; Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Pio Décimo; é membro da Sociedade Brasileira de História da Educação; integrante do Grupo de estudos e pesquisas em História da Educação: intelectuais da educação, instituições escolares e práticas educativas. E-mail: mariajosedantas@yahoo.com.br

**Key words:** Early Childhood Education. Pedagogical practices. Creche. Legislation.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como meta investigar as práticas pedagógicas adotadas na primeira etapa da Educação infantil, em particular na faixa etária de 0 a 2 anos. Compreende-se a importância da temática, tendo em vista a crescente demanda de crianças que precisam de atendimento fora do lar e o reconhecimento destas como, sujeitos de direitos, inclusive, o de educação de qualidade.

A análise possui como intuito, elucidar a função educacional da creche, e verificar a possível continuidade do caráter assistencialista nessas instituições, mesmo após serem agregadas ao Sistema Nacional de Educação Infantil, para garantir não só o atendimento das necessidades físicas e biológicas das crianças, mas também sociais, intelectuais e afetivas de forma harmoniosa e integrada.

O estudo tem como objetivos analisar o papel do pedagogo na educação da criança da faixa etária de 0 a 2 anos, bem como verificar o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 no tocante à presença dos profissionais licenciados em pedagogia ou técnicos em magistério, em turmas com essa faixa etária.

A investigação baseia-se nas propostas pedagógicas apresentadas pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e tem como suporte teórico, autores que estudam e problematizam a temática no cenário educacional.

A motivação para a escolha do objeto parte de duas perspectivas: a primeira diz respeito ao fato da Educação Infantil deixar de vincular-se à política de assistência social e passar a fazer parte da Política Nacional de Educação, o que gerou a necessidade do corpo acadêmico, profissional e institucional voltar o olhar para as necessidades específicas dessa etapa escolar, que outrora não fazia parte da formação e qualificação profissional dos licenciados em Pedagogia. E o segundo motivo, dá-se pelo envolvimento da autora com o tema em questão, visto que integrou, durante alguns meses, o quadro de funcionários de uma creche pública no município de Aracaju, como cuidadora em uma classe do Infantil I, com crianças de 0 a 2 anos.

A aproximação com a realidade da Educação Infantil instiga a pensar a temática de modo aprofundado, bem como a buscar respostas para questões que dizem respeito à ausência dos profissionais da Pedagogia nas Creches.

Em meio a esta análise, foi possível conhecer diferentes situações que aconteceram em Instituições de Educação Infantil. Em uma delas, nos deparamos com uma classe assistida por um profissional Licenciado em Pedagogia, que mesmo se não tinha experiência anterior com essa faixa etária, apresentava interesse e disponibilidade em exercer uma prática pedagógica que atendesse as necessidades dos seus pequenos alunos.

Percebia-se que ele debruçava-se na pesquisa sobre as propostas curriculares referentes a essa etapa; realizava inúmeras atividades sugeridas por cartilhas produzidas pela equipe da Secretaria de Educação do Município; consultava atividades disponíveis em sites e outros materiais indicados para classe. Utilizava-se de manipulação de gelatina, rolamento em colchões, manuseio de cartões ilustrados, contação de histórias, banho com o uso de brinquedos e músicas infantis direcionadas à atividade realizada, tudo isso visando enriquecer o vocabulário das crianças, entre outras ações não menos importantes para o desenvolvimento infantil.

Em outra circunstância, encontramos uma classe com crianças da mesma faixa etária, onde o professor havia sido removido para uma turma com crianças maiores e devido à ausência do profissional, a classe ficou delegada apenas aos cuidadores, que contavam somente com algumas visitas esporádicas de profissionais da coordenação pedagógica e administrativa. Nessa turma, os momentos de recreação e atividades que anteriormente eram mediados pelo professor, ficaram reduzidos de forma significativa.

Estas circunstâncias, tanto positivas, quanto negativas, mostraram claramente a extrema necessidade da presença de um profissional capacitado para desenvolver práticas pedagógicas que de fato favoreçam o desenvolvimento pleno da criança de 0 a 2 anos. Nota-se um aparente descaso com o cumprimento das leis da educação, quando se submete uma classe de alunos a profissionais não qualificados para a respectiva função proposta pela nova legislação.

A oferta de uma Educação Infantil de qualidade além de carecer de estrutura física adequada, condições higiênicas favoráveis e uma alimentação saudável, requer o papel do professor ocupando um lugar de suma importância no processo de formação da criança enquanto cidadão. É urgente e necessária uma investigação no que diz respeito à forma como tem sido garantida a presença desse profissional em salas de aula de alunos de 0 a 2 anos, no sentido de que este venha contribuir para que a expressão, a convivência, a brincadeira, a linguagem, a criação cultural e o conhecimento do corpo, façam parte do cotidiano dessas

crianças e que suas potencialidades sejam desenvolvidas sem que seus limites sejam desrespeitados.

Partindo desses princípios, essa análise foi realizada tendo como base um levantamento bibliográfico sobre a questão da Educação Infantil, levando em consideração a tríade: cuidar e educar, aliada aos profissionais envolvidos nessa tarefa: profissionais da educação infantil, da psicologia do desenvolvimento e da educação. E ainda, as políticas educacionais e a legislação. Foram consultados documentos como, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010), o Referencial Curricular para a Educação Infantil, a Constituição de 1988, a Lei 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente e diversas cartilhas.

O diálogo com autores como RIZZO (2003; 2012), CAMPOS (1994), NUNES & CORSINO (2013), OLIVEIRA (1994), KRAMER (2002), MOLINA & ONGARI (2003), KUHLMANN JUNIOR (2000), dentre outros não menos importantes, permitiu elucidações acerca da problemática em estudo, sendo considerado um ponto de partida no desenvolvimento da pesquisa.

Em meio a esse levantamento bibliográfico foi necessário buscar informações sobre possíveis resquícios assistencialistas em creches, bem como sobre a história de como as práticas pedagógicas voltadas para crianças de 0 a 2 anos têm sido realizadas ao longo de décadas, e ainda sobre a disponibilidade de pedagogos em classes que atendem essa faixa etária.

O confronto da teoria com a prática realizou-se por meio de observação na Creche Municipal Monsenhor João Moreira Lima, durante os anos 2013 e 2014. A partir do olhar sobre a realidade detectou-se a falta de pedagogos habilitados para atuarem em parceria com cuidadores, devidamente qualificados, para a prática do cuidar e educar.

Busca-se entender o que falta para que a criança seja vista como um ser que precisa não só de cuidados, como também integradamente de ações educativas que, se iniciadas nos primeiros anos de sua infância poderá originar uma continuidade mais plena na sua formação biológica, cognitiva e sócio-afetiva.

### **A CRIANÇA NA HISTÓRIA**

Tecer uma discussão sobre a Educação Infantil requer, no mínimo conhecimento sobre os aspectos que dizem respeito ao papel que a criança ocupou na sociedade no decorrer da história. Neste sentido, se faz necessário lançar um olhar ao longo dos séculos.

Na antiguidade, de acordo com Rizzo (2012):

A criança era tida como fruto de um estigma, pois representava o pecado da carne, que lhe dera origem, *o pecado original*. Representava o mal e acreditava-se que nascia “*com o demônio no corpo*”. [...] Acreditando-se na maldade intrínseca da criança, havia todo um consenso de que era preciso vigiá-la e discipliná-la, e sua “educação” deveria ser por isso essencialmente corretiva e disciplinadora (RIZZO, 2012, p. 21).

Ainda não existia um ramo da ciência que se dedicasse exclusivamente a área da educação infantil. A Pedagogia indicava doutrinação, por ser uma ramificação da Teologia. Outras ciências como pediatria, obstetrícia e a ginecologia também não faziam parte deste contexto histórico. As ações da criança eram corrigidas de forma agressiva, intolerante e sem respeito às especificidades presentes nessa etapa do desenvolvimento humano. Eram tratadas como um adulto em miniatura: com desprezo, violência, maus tratos e falta de assistência médica. O índice de mortalidade infantil era alto, principalmente nas classes mais baixas, visto que os mais favorecidos economicamente tinham um tratamento diferenciado, por terem como função perpetuar o nome da família.

Segundo Rizzo (2012),

Somente as crianças que seriam futuros reis ou grandes proprietários eram motivo de algum cuidado, pois faziam “jus” (portanto, era justo e direito seu), uma vez que eram indispensáveis à manutenção do poder, da propriedade, de um nome da família e da riqueza (RIZZO, 2012, p. 26).

Após as duradouras guerras napoleônicas houve um grande deslocamento dos camponeses para os campos de batalha, aumentando a exploração da mão de obra infantil e desencadeando uma sequência assustadora de mortes de crianças o que preocupou o Estado e a Igreja que precisariam repor os quadros militares.

Naquele momento, a criança pequenina que até então era tida como fruto do pecado passou a ter um valor, agora como meio de servir, visto que seria o futuro defensor das terras da Igreja e do Estado. Esse fato acionou uma preocupação com os cuidados para com a criança, somente com o intuito de preservar as riquezas e propriedades do poder Igreja-Estado.

A Revolução Industrial, como em todos os segmentos sociais, também interferiu na história da criança, principalmente das que faziam parte das classes operárias, como enfatizam Paschoal e Machado (2009):

O enorme impacto causado pela Revolução Industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Desse modo, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma de a família cuidar e educar seus filhos. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 80).

A industrialização, se por um lado trouxe progresso, por outro agravou a condição social da criança que, com a inserção da mulher no mercado de trabalho ficava mais tempo longe da mãe e sob cuidados de pessoas despreparadas ou a mercê da própria sorte, abandonadas pelas ruas.

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres (PASCHOAL; MACHADO 2009, p. 80).

Esse tipo de serviço continuou sendo oferecido na contemporaneidade, principalmente às famílias de classes menos favorecidas, que devido à falta de vagas nas creches, recorrem à mão de obra barata e desqualificada. Esses ambientes, além de serem espaços totalmente inadequados para o acolhimento dessas crianças, sem nenhuma fiscalização, apresentam riscos tanto sanitários, como morais, dentre esses, o perigo dos abusos sexuais, ou outras arbitrariedades como violência física e verbal.

### **A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: APANHADO HISTÓRICO**

A história da Educação Infantil no Brasil não se diferencia dos parâmetros mundiais, com um atendimento delineado por um acentuado caráter assistencialista tanto nas instituições religiosas que recebiam crianças abandonadas nas “rodas dos expostos” como nas instituições criadas para atender à crescente demanda de crianças pequenas, no período da industrialização e urbanização em meados do século XX.

No Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas. Outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados que, apesar do apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira, já que as crianças “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois

somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado (RIZZO, 2003, p. 37).

Pode-se observar que a origem desse tipo de atendimento infantil era voltada para as crianças pobres. Tinha como objetivo suprir as supostas “carências” maternas e resumia-se em atender as necessidades biológicas como alimentação, higiene e saúde física. Não se considerava que a criança era um ser capaz de responder a estímulos que pudessem desenvolver suas outras dimensões: cognitivas, emocionais e sócio-afetivas.

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira, por meio de seus variados segmentos, tem promovido conquistas importantes, que beneficiaram o contexto educacional contemporâneo. No final da década de 80 do século XX a Educação Infantil no âmbito legal obteve alguns avanços, sobretudo, devido ao envolvimento de movimentos sociais e políticos.

As creches e pré-escolas foram inseridas na Educação Básica ocupando legalmente posição igualitária às outras etapas escolares e com finalidade pedagógica definida. Essa medida veio exigir uma nova postura dos atores responsáveis pela efetivação dos direitos educacionais das crianças. Os órgãos educacionais precisaram adequar-se a nova realidade utilizando novos termos para classificar as instituições e as turmas da faixa etária de 0 a 6 anos como esclarece Kuhlmann Jr. (2000).

Aos poucos, a nomenclatura deixa de considerar a escola maternal como se fosse aquela dos pobres, em oposição ao jardim-de-infância, passando a defini-la como a instituição que atenderia a faixa etária dos 2 aos 4 anos, enquanto o jardim seria para as de 5 a 6 anos. Mais tarde, essa especialização etária irá se incorporar aos nomes das turmas em instituições com crianças de 0 a 6 anos (berçário, maternal, jardim, pré) (KUHLMANN JR, 2000, p. 09).

A Constituição de 1988 reconheceu a criança como sujeito de direitos. Vários artigos evidenciam as garantias individuais do cidadão brasileiro. O artigo 208 enfatiza o dever do Estado para com a educação e no inciso IV garante “o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 5 anos de idade”.

A Constituição, ao instituir creches e pré-escolas no capítulo da educação, sob a designação de educação infantil, como direito de todas as crianças desde o nascimento, referenda os argumentos da política pública do tipo universal. Em decorrência desse lugar que a constituição lhe destina o Estatuto da Criança e o Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tratam a educação infantil do nascimento aos seis anos

como tema da educação, sob a responsabilidade dos sistemas de ensino (NUNES; CORSINO, 2013 p. 332).

O artigo 29 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 assegura: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. O artigo 30 da referida Lei em seu inciso I, diz que esta Educação deverá ser oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996, (LDB) coloca a criança como sujeito de direitos em vez de tratá-las, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. A mesma lei, proclama pela primeira vez na história das legislações brasileiras a Educação Infantil como direito das crianças de 0 – 5 anos e dever do Estado. Ou seja, todas as famílias que desejarem optar por partilhar com o Estado a educação e o cuidado de seus filhos deverão ser contempladas com vagas em creches e pré-escolas públicas (ANDRADE, 2010, p. 24).

Apesar de essa Lei enfatizar que a educação infantil, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, ainda é perceptível a presença de resquícios do assistencialismo. Além disso, mesmo com essas conquistas legitimadas há mais de uma década, ainda não são oferecidas vagas suficientes para atender todas as crianças. São priorizadas as crianças cujas mães trabalham fora, excluindo-se assim as outras a quem por Lei também é dado o direito da família partilhar com o Estado o cuidado e a educação. Estas últimas são privadas de gozarem dos seus direitos como cidadãos, de desfrutarem de assistência educacional, mantendo assim a ideia de creche como um espaço promovedor apenas da libertação feminina, como um benefício direcionado para as mulheres e não como um direito da criança. Sobre esses embates Kuhlmann Jr. (2000) enfatiza que:

As instituições de educação infantil tanto eram meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. (KUHLMANN JR, 2000, p. 11).

Cabe ressaltar que as duas vertentes são importantes no contexto da sociedade contemporânea: à mulher deve ser garantido o direito de trabalhar e à criança o direito de estudar.

Outro fator que merece destaque no tocante à oferta da educação infantil é a insuficiência de pedagogos para executarem a prática docente, principalmente nas turmas de 0 a 2 anos. A carência destes profissionais torna essa faixa etária menos favorecida no que diz respeito às ações educativas, contrariando a legislação em vigor e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

Em um estudo realizado por Maria Fernanda Rezende Nunes e Patrícia Corsino (2013), essa problemática é enfatizada como uma marca presente na Educação Infantil de vários estados brasileiros.

Especialmente no segmento das creches, continuam contratando auxiliares, agentes, recreadores, crecheiras, entre outras designações dadas ao profissional que exerce função docente nas creches sem o reconhecimento dessa função, sem a remuneração de professores e, em muitos casos, sem a formação mínima exigida por lei. Esses cargos destituem os docentes da creche do lugar de professor, criando categorias e carreiras paralelas, enfraquecendo a profissionalização docente nesse segmento (NUNES; CORSINO, 2013, p. 345).

Parece que os órgãos educacionais ainda não se apropriaram do entendimento de que, o domínio dos conhecimentos pedagógicos é imprescindível para o exercício da função docente em qualquer faixa etária, visto que, permitem a remoção de um pedagogo de uma turma de 0 a 2 anos, sem colocar uma substituição imediata, como aconteceu em uma escola investigada nesta análise.

Na pesquisa realizada por Nunes e Corsino (2013) elas perceberam, conforme relato dos entrevistados que é nas creches que se nota um número significativo de profissionais com contrato de trabalho precário e/ou temporário assinado com ONGs ou organizações sociais, sem concurso público. Para as autoras existe “um desvio nas intenções de se construir uma só educação infantil para a primeira infância” (NUNES; CORSINO 2013, p. 345).

Outra problemática neste sentido, é que parece existir certo preconceito de alguns professores, com relação ao trabalho com crianças da creche. A partir da legislação vigente, os profissionais atuantes na área educacional tiveram que se debruçar na sistematização da práxis pedagógica com as crianças pequenas e os que estão lotados nas creches precisou entrelaçar o ato de cuidar com o de educar.

Mas parece que na formação do pedagogo ainda falta um preparo básico para esse segmento. Os estágios supervisionados limitam-se às turmas de alfabetização e anos iniciais

do ensino fundamental, sem demonstrarem a importância da creche para o futuro profissional. Assim, quando o professor se depara com a realidade, precisa vivenciar diversos desafios, como aconteceu com uma das professoras entrevistadas nesta investigação.

Quando fui informada que só havia vagas para as creches, fiquei assustada e logo perguntei se não tinha nenhuma escola de Educação Infantil que eu pudesse ficar, pois nunca havia trabalhado com a faixa etária de 0 a 3 anos, no entanto, só me ofertaram as vagas das creches e assim escolhi uma que ficava próximo a minha casa. Durante minha formação acadêmica, não tive nenhuma disciplina voltada para essa faixa etária, pude conhecer metodologias e didáticas para a educação infantil (4 e 5 anos) e o ensino fundamental, mas nada relacionado a creche, nem mesmo um incentivo para um estudo mesmo que superficial sobre o trabalho com crianças de 0 a 3 anos. [...] No primeiro dia na creche não pude conter o susto e a preocupação, me deparei com uma sala cheia de berços e quinze bebês. A diretora da escola mostrou toda a estrutura física do prédio, as salas, pátio, refeitório e cozinha, conversamos sobre horários e assuntos burocráticos. E com essa apresentação, fui para minha sala completamente perdida. Para minha sorte, encontrei duas cuidadoras que já estavam há algum tempo com aquela turma e me passaram a rotina das crianças, bem como as maiores dificuldades e prazeres que elas tinham em trabalhar com aqueles bebês. Pude perceber que não estava sozinha e que poderia compartilhar a minha insegurança com elas, que foram muito receptivas e me ajudaram nesse período de adaptação. No dia seguinte, a coordenadora pedagógica me encontrou na sala e me chamou para conversar sobre a turma, os pais dos alunos, os horários e me chamou atenção principalmente para o diário escolar que estava todo incompleto e eu teria que organizá-lo. Nossa conversa se resumiu a esses pontos e o que mais me interessava e preocupava, eu não ouvi, que seria uma ajuda e sugestões sobre a realização das atividades com aquela turma.

Passei a primeira semana observando e ajudando as cuidadoras no que elas precisavam, inicialmente dei uma organizada no ambiente, para deixá-lo mais aconchegante e infantil, sempre com a orientação das cuidadoras que já gostariam de ter feito essas mudanças, mas devido à correria da rotina, não tinham tempo. E enquanto isso, comecei a buscar em diversas fontes, sugestões de atividades e métodos para trabalhar com essa faixa etária. Visitei blogs de professoras que trabalhavam em creches, onde elas compartilhavam experiências e atividades. A partir daí organizei um planejamento semanal, no início foi muito difícil, pois sentia que não estava dando certo, não conseguia chamar a atenção das crianças e não sabia como mudar isso. Ficava cansada só de tentar realizar as atividades e quando terminava não tinha outro sentimento a não ser o de tristeza por não ter conseguido.

As cuidadoras foram muito importantes nesse processo, pois percebiam a minha vontade de fazer e me tranquilizavam e ajudavam dando orientações sobre o que as crianças gostavam. Em meio às minhas pesquisas pude encontrar bibliografias de livros interessantes que procurei ler para orientar a minha prática. Mas, a minha visão do trabalho na creche ainda era muito restrito, entendia que a minha função era apenas realizar uma atividade pedagógica com eles em um momento da rotina. Dessa forma eu continuei e fui me tranquilizando a medida que as minhas atividades foram interessando as crianças. Fui percebendo que as atividades tinham um caráter de estimular

os sentidos dos bebês, então levava revistas para que elas rasgassem, além de chocalhos feitos de sucata, gelatina para que elas pudessem sentir a textura, o cheiro e o gosto.

Um ano após o início de minhas atividades na educação infantil a prefeitura municipal abriu algumas vagas para um curso de especialização de “formação de professores para atuar com bebês e crianças pequenas” [...]. Fui participar do curso para entender mais, sobre o trabalho que foi tão desafiador para mim. E no decorrer do curso, minha visão da creche mudou completamente, pude perceber a importância do trabalho com os bebês e como toda a rotina deles se torna uma atividade pedagógica quando fazemos com uma intencionalidade por trás de cada ato. O curso mostrou como a legislação ainda está distante da prática e o quanto os professores que atuam nas creches ainda estão despreparados para desenvolver suas atividades com todas as especificidades que essas turmas exigem.

O caminho do real para o ideal é longo, mas já é possível perceber que estamos caminhando, é preciso que as universidades despertem nos graduandos em pedagogia a vontade de trabalhar com esse ciclo e as secretarias de educação disponibilizem cursos para os professores que já estão nas creches e os que estão chegando para trabalhar (SOARES, 2014).

Percebem-se os desafios propostos a muitos profissionais. Alguns conseguem superar-se e levam adiante uma proposta educacional voltada para a formação. Contudo, infelizmente na grande parte das creches nota-se que não obstante as diretrizes estabelecidas pela legislação, a rotina das atividades têm acontecido de maneira variada, de acordo com a presença ou não de professores e/ou profissionais capacitados. Em uma turma da creche observada nesta análise o expediente inicia às 6:15 h:

As crianças são acolhidas, as cuidadoras trocam as roupas e dão banho naquelas que necessitam. Algumas mães colaboram neste processo, outras saem rapidamente. Por volta das 7:15 h é servida a primeira refeição. Depois de se alimentarem, todas são colocadas no berço. Umam dormem rapidamente outras resistem, porém permanecem ali até adormecerem ou ficam deitados até todos acordarem. Por volta das 9hs eram despertados e tinha início o momento do banho e do lanche. O banho acontecia de forma rápida e mecânica por serem muitos. Em seguida vinha a recreação, das 10:00 às 11:15. Neste horário já começavam os preparativos para servir o almoço. Os brinquedos são guardados, algumas crianças que ainda tomam mamadeira são colocadas no berço e as outras recebiam a comida na boca. Algumas vezes todas sentadas em um colchão no chão, às vezes, quando estavam em menor número eram colocadas em um berço e a refeição era servida uma a uma. A recreação era livre sem muita intervenção, normalmente ocorria nas mediações de conflitos ou situações de riscos. Após o almoço eram colocados de volta nos berços, alguns adormeciam outros ficavam com brinquedos até as outras cuidadoras chegarem. Às 12:00 horas acontecia a troca de funcionárias. A tarde permaneciam nos berços até as 14:30, a partir desse horário os mais ativos eram colocados no chão, e gradativamente iam tirando-os do berço. Depois das 16:15hs os responsáveis começavam a buscar as crianças e isso durava geralmente até as 17:30 (MIRANDA, 2014).

Percebe-se no relato desta observação uma rotina rígida, sem muitas variações, com tarefas exercidas apenas por cuidadoras. Já em outra turma, as atividades aconteciam de modo diversificado:

A professora começou a desenvolver atividades diariamente, inclusive nos momentos do banho e das refeições inserindo músicas e vídeos, criou um caderno de registro do desenvolvimento das crianças, decorou o ambiente com motivos infantis explorando cores figuras e objetos que despertavam o interesse das crianças. O intervalo entre o momento do sono e o das refeições era bem aproveitado. As cuidadoras dedicavam-se à parte da higiene das crianças e as variadas atividades não precisavam ser interrompidas. Os alunos manuseavam objetos de várias texturas, cores e formas diferentes, tinham mais tempo para correr, andar, engatinhar, subir e descer, em fim várias formas de exercitar a coordenação motora (MIRANDA, 2014).

Nota-se que o educador de creche está ligado diretamente à concretização da mudança neste espaço infantil. Acontece que ele tem se deparado com o desafio de se identificar com as necessidades já existentes e realizar os objetivos e conceitos propostos pelos RCNs (1998) para esse cenário com as muitas especificidades:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (RCN/I, vol. I, 1998, p. 23).

Nesse contexto, cabe às instituições responsáveis pela formação do pedagogo uma expressiva contribuição na construção desse profissional sabendo que o primeiro contato com teoria e a prática pedagógica deveria ocorrer nessa trajetória acadêmica.

Molina e Ongari (2003), também comentaram sobre esse novo fazer pedagógico. “O papel da educadora de creche foi vivenciado mais como um papel profissional ‘a ser inventado’ do que como um papel definido a ser assumido ou em última hipótese, a ser inovado” (MOLINA; ONGARI 2003, p. 22). A preocupação com a construção desse perfil tem sido motivo de debate entre os envolvidos nesta temática tendo em vista que os pedagogos não foram preparados para assumir funções relacionadas ao cuidar, como dar banho, trocar fraldas entre outras ações que eram consideradas domésticas como salienta Kuhlmann Jr. (2000):

O preconceito com relação ao trabalho manual e os cuidados com relação a alimentação e higiene associa-se à sua dimensão de *doméstico*, o que resulta na desqualificação do profissional que trabalha com as crianças menores e na divisão de trabalho entre professoras e auxiliares (KUHLMANN JR, 2000, p. 09).

Tendo em vista que as ações educativas nessa faixa etária estão intrinsecamente ligadas às situações do cotidiano da criança e que estas podem ser exploradas o máximo possível no processo de aprendizagem como defende Ruiz (2005): “O cuidar e o educar são duas práticas que devem caminhar de maneira indissociável, possibilitando que ambas as ações construam na totalidade, a identidade e autonomia da criança” (RUIZ, 2005, p. 05). O papel do pedagogo além de outros fatores que envolvem o fazer pedagógico na Educação Infantil precisa ser esclarecido, por isso a necessidade de uma discussão mais ampla a respeito. De acordo com Amorim e Rossetti (1999), se faz necessário redefinir o perfil do profissional de educação infantil, assim como a regulamentação de tópicos quanto à sua formação inicial e continuada. Além disso, de acordo com estes autores, “Outras questões envolvem a discussão sobre a definição de critérios de qualidade destas instituições, modos de supervisão destes critérios e, ainda, sobre formas de captação e aplicação de recursos” (AMORIM; ROSSETTI – FERREIRA, 1999, p. 8).

As Práticas pedagógicas valorizando as brincadeiras, o ambiente escolar, e materiais didáticos adequados para crianças tão pequeninas também exigiram uma atenção especial, tendo estes, suma relevância no processo de aprendizagem, como afirma Oliveira (1994): “No início da vida o bebê está aprendendo lidar com o próprio corpo e a brincadeira tem um papel importantíssimo nesta aprendizagem através da troca com o meio” (OLIVEIRA, 1994, p. 27).

Assumir as especificidades da educação infantil em especial as crianças de 0 a 2 anos, fase em que ainda não falam e que apresentam alto nível de dependência, rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas pode significar uma expressiva iniciativa para a superação de uma concepção de educação assistencialista compreendendo a aprendizagem na primeira infância como decisiva na formação do ser humano como cidadão e que o papel do pedagogo e dos adultos que cercam a criança é de extrema importância para que ocorra esta construção, como defende Barone (1994):

É importante considerar, que a aprendizagem tem papel fundamental na constituição do ser humano que ela se dá sempre pela intermediação de um

## Práticas Pedagógicas na Educação Infantil

outro, primeiro da mãe, lugar de excelência, depois pelos demais representantes da cultura (BARONE, 1994, p. 61).

Faz-se necessário que o processo educativo formal ocorra de maneira responsável onde o desenvolvimento físico e biológico se dê de forma equivalente ao sócio-afetivo, cognitivo e intelectual, onde todas as potencialidades da criança possam ser desenvolvidas harmoniosa e saudavelmente e não aleatoriamente, mas com objetivos e metodologias apropriadas, com acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças para a avaliação sem objetivo de promoção com carga horária definida, controle de frequência e documentação atestando os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança como orienta o artigo 31 da LDB 9394/96.

Campos (1994) defende uma práxis pedagógica formalizada desde o início da vida escolar, não se detendo somente a espontaneidade: “O que as crianças precisam, na realidade é de oportunidade para manipular e experimentar concretamente os conteúdos escolares além de brincar e movimentar-se de modo amplo e espontâneo” (CAMPOS 1994, p. 214).

Esse processo não é mais um ato com fim assistencial com intuito somente de atender necessidades físico-biológicas, direcionadas para crianças carentes que precisam de higiene e alimentos, mas sim uma ação que por direito deve alcançar todas as crianças como sujeito social-histórico integrante legal de uma sociedade.

Molina e Ongari (2003), também alertam sobre a importância da capacitação profissional na educação infantil reconhecendo a necessidade de uma apropriação do conhecimento científico atrelada à formação continuada:

[...] visto que se começa a perceber a necessidade de um relacionamento orgânico entre conhecimento científico sobre desenvolvimento infantil, trabalho das educadoras e atualização profissional (MOLINA e ONGARI, 2003. p. 20).

A consolidação das práticas pedagógicas na Educação Infantil, principalmente nas creches, tem apresentado dificuldades tanto na construção da identidade profissional como no posicionamento institucional, além de existir a necessidade de uma definição curricular para nortear essas práticas como ressalta Kramer (2002):

Do debate sobre a educação de crianças de 0 a 6 anos nasce a necessidade de estabelecer um currículo para a educação infantil. Entretanto, currículo é identidade e, portanto, é preciso delinear o espaço que queremos garantir na construção da história da educação infantil. Esta identidade assume

diferentes perfis, ora pendendo para a escolarização, ora para o assistencialismo. (KRAMER, 2002, p. 77)

Apesar de ter sofrido inúmeras intervenções e ocupado um espaço notório nas discussões sobre a trajetória educacional do nosso país, a Educação infantil nas creches ainda não alcançou uma sólida compreensão de sua funcionalidade, permanecendo entre as fronteiras do assistencialismo e do educacional, aspirando também uma definição do fazer pedagógico permeado pelos cuidados biológicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação infantil mostra que desde o princípio, ações educativas foram adotadas, mesmo que de forma assistemática, nos momentos de recreação e manuseio de brinquedos. Atualmente, embora as instituições reconheçam o papel educativo das creches ainda se mantêm distante da concretização dessa função, tendo como exemplo a realidade exposta no relato de observação e no depoimento de uma funcionária de uma creche da rede pública.

95

As evidências revelam o não cumprimento das leis educacionais, no que diz respeito à presença do pedagogo em classes com crianças de 0 a 2 anos, a carência do conhecimento acadêmico concernente às práxis pedagógicas indicadas para essa etapa de ensino. Além disso, há uma insuficiência de oferta de cursos para formação continuada, que proporcionem uma melhor qualificação desses profissionais, não só dos professores, mas dos coordenadores e cuidadores, pois estes estão envolvidos diretamente no processo educativo dessa etapa, considerando principalmente a necessidade de uma efetiva integração desses atores no desenvolvimento das atividades propostas para as crianças pequenas.

Cuidar e educar, dicotomia que ainda sobrevive no cenário contemporâneo da educação, particularmente nas séries inseridas no espaço das creches. Educar cuidando ou cuidar educando, qual a hierarquia das ações?

Práticas pedagógicas sistematizadas, necessidade ou direito? Compreensão do fazer pedagógico que precisa ser construído à luz da legislação que por sua vez está tão distante da realidade da atual situação do cenário educacional da rede pública que, quando se tem recursos materiais falta o humano e quando se oferece o humano este não foi devidamente

preparado para cumprir funções complexas e multidisciplinares como educar crianças tão pequeninas.

Enfim, a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, encontra-se no território da discussão e legalidade se deslocando lentamente como se estivesse engatinhando, tendo que transpor inúmeros obstáculos como indefinições curriculares, descaso das autoridades competentes e despreparo profissional para alcançar a concretização da tão sonhada educação de qualidade.

Infante, sujeito social detentor de direitos constitucionais. Legislação e representações sociais da infância que precisam se encontrar.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Katia S.; ROSSETTI - FERREIRA, Clotilde. **Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931999000200009>. *Psicol. cienc. prof.* vol.19 no. 2 Brasília 1999. Acessado em 10 de abril de 2014.

ANDRADE, LBP. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acessado em 10 de abril de 2014.

BARONE, Leda Maria Codeço. Algumas contribuições da psicanálise para a avaliação pedagógica. In: BOSSA, Aparecida Nádia e OLIVEIRA, Vera Barros de. (Orgs) **Avaliação Pedagógica da criança de 0 a 6 anos**. Ed. Vozes Ltda. 4ª edição, Petrópolis, RJ, 1994. p. 59 a 86.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial, 1988.

BRASIL. **Lei e Diretrizes de Bases 9394/96**. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17820>. Acessado em 23 de outubro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Maria Célia Malta. Psicopedagogo: Um generalista-especialista em problemas de aprendizagem. In BOSSA, Aparecida Nádia e OLIVEIRA, Vera Barros de. (Orgs) **Avaliação**

**Pedagógica da criança de 0a 6 anos.** Ed. Vozes Ltda.4ª edição, Petrópolis, RJ, 1994. p. 209 a 223.

KRAMER, Sônia. Propostas pedagógicas ou curriculares de educação Infantil: para retomar o debate. *In: Pro-posições*, vol.13. nº 2 (38) maio/agosto 2002. Unicamp - Campinas-SP: Ed. Pontes, p. 65-82.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *In: Revista Brasileira de Educação*, nº 14, mai/jun/jul/ago de 2000, Campinas-SP: Autores Associados, p. 5-18.

MACEDO, Rosa Maria. A família diante das dificuldades escolares dos filhos. In BOSSA, Aparecida Nádía e OLIVEIRA, Vera Barros de. (Orgs) **Avaliação Pedagógica da criança de 0a 6 anos.** Ed. Vozes Ltda.4ª edição, Petrópolis, RJ, 1994. p. 185 a 206.

MIRANDA, Ana Cristina Santos. Relatório de observação na Creche Monsenhor João Moreira Lima. Aracaju, 2014.

NUNES, Maria Fernanda Resende; CORSINO, Patrícia. Políticas públicas universalistas e residualistas: Os desafios da Educação Infantil. In: ROCHA. Eloisa A. C.; KRAMER, Sônia (Orgs.). **Educação Infantil: Enfoques em diálogo.** 3ª Edição. Campinas-SP: Papirus. 2013. p. 331-347.

OLIVEIRA, Vera Barros de. A brincadeira e o desenho da criança de 0a 6 anos: uma avaliação pedagógica. In: BOSSA, Aparecida Nádía. OLIVEIRA, Vera Barros de. (Orgs) **Avaliação Pedagógica da criança de 0a 6 anos.** Ed.Vozes Ltda. 4ª edição, Petrópolis-RJ,1994, p. 23 a 56.

ONGARI, Bárbara; MOLINA, Paola. **A educadora de creche.** Construindo suas identidades. São Paulo: Cortez, 2003.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado e MACHADO, Maria Cristina. A história da educação infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009- ISSN:16762584<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/403>. Acessado em 12 de abril de 2014.

RAMOS, Tacyana Karla Gomes. História das conquistas dos bebês e suas propostas. In: RAMOS, Tacyana Karla; ROSA, Ester Colland de Sousa. (orgs) **Os Saberes e as falas dos bebês e suas professoras.** Ed. Autêntica, 2º edição. Belo Horizonte. 2012. p. 17 a 34.

RIZZO, Gilda. **Creche: Organização, Currículo, Montagem e funcionamento.** Ed. Bertrand Brasil. 7ª edição, São Cristovão, RJ, 2012.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento.** Ed: Bertrand Brasil. 3ª edição, Rio de Janeiro, RJ. 2003.

RUIZ, Jucilene de Souza. **Educação infantil e as práticas de cuidar e educar no contexto das políticas educacionais.**

Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/).  
Acessado em 10 de abril de 2014.

## **ENTREVISTA**

SOARES, Cíntia. Entrevista concedida a autora em 01 de agosto de 2014.